

A. I. N° - 269200.0003/03-5
AUTUADO - COFEL COMERCIAL DE FERRAGENS CRUZALMENSE LTDA.
AUTUANTE - JOÃO FLÁVIO MARQUES DE FARIA
ORIGEM - INFAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 12.06.03

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0212-02/03

EMENTA: ICMS. 1. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO. MULTA. Descumprimento de obrigação acessória. A legislação estabelece aplicação da multa de 1% sobre o valor das operações realizadas. **2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. VALOR SUPERIOR AO PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO.** Infração comprovada. Autuado não contestou. Indeferido o pedido de diligência fiscal e perícia. Auto de Infração **PROCEDENTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 31/03/2003, refere-se a exigência de R\$99.669,53 de imposto, e multa, tendo em vista que foram constatadas as seguintes irregularidades:

1. Deixou de fornecer os dados referentes aos documentos fiscais de entradas de bens e mercadorias por meio magnético, sendo aplicada a multa correspondente.
2. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS em decorrência de destaque de imposto a maior nos documentos fiscais. Utilizou o crédito fiscal destacado à alíquota de 18% de mercadoria proveniente de outros Estados, quando a alíquota deveria ser 7%.

O autuado apresentou tempestivamente impugnação, na qual se insurge contra o Auto de Infração, alegando que existe contradição no primeiro parágrafo da descrição dos fatos constante do Auto de Infração, haja vista que o texto fala que deixou de apresentar os arquivos magnéticos, e posteriormente, confirma no segundo parágrafo a entrega dos citados arquivos. Disse que o autuante imputou a multa ao autuado sem que a empresa fosse merecedora, considerando que a legislação dispensa a informação por itens de mercadorias, conforme §§ 2º e 3º do art. 708-A do RICMS-BA, que transcreveu nas razões defensivas. Ressaltou que a empresa vem cumprindo rigorosamente com as obrigações principal e acessória, e não lhe parece justa a imposição da multa somente por falta de omissão de dados que existem e estão armazenados. O defendente informou ainda, que os arquivos de que trata a Portaria nº 460/2001 foram entregues e validados no prazo regulamentar, os dados e registros previstos no anexo 64 estão em consonância com o Convênio nº 57/95. Por fim, pede a realização de diligência ou perícia fiscal para que sejam dirimidas as dúvidas relacionadas ao levantamento fiscal. Pede ainda, a intervenção da Procuradoria para que se pronuncie em favor da legalidade e do Princípio Constitucional da Supremacia do Interesse Público. Quanto à infração 02, disse que não há objeção a apresentar.

O autuante apresentou informação fiscal, dizendo que os argumentos apresentados pelo autuado são confusos, e o fato de o autuado manter armazenados os dados relativos às compras e vendas de mercadorias não o desobriga de apresentar ao fisco quando solicitado, e na forma descrita na legislação. Disse que não tem qualquer fundamento a solicitação para realização de perícia, por entender que não cabe analisar se o sistema de processamento de dados utilizado pelo autuado está ou não de acordo com os pressupostos legais. Assim, o autuante contestou todos os pontos

da defesa apresentada pelo contribuinte, concluindo que não há outro caminho, senão o da manutenção integral da exigibilidade do imposto apurado no Auto de Infração.

VOTO

Analisando, inicialmente, a alegação defensiva de que há necessidade da realização de diligência e perícia, fica indeferido o pedido com base no art. 147, incisos I e II, do RPAF/99, tendo em vista que a perícia é desnecessária, e quanto à diligência, os elementos contidos nos autos são suficientes para as conclusões acerca da lide.

Em relação à intervenção da PROFAZ, solicitada pelo autuado, entendo que nesta fase de julgamento, e no caso em exame, não se encontram as situações elencadas no art. 118 do RPAF/99 para solicitação de Parecer.

O primeiro item do Auto de Infração se refere a multa aplicada, porque o autuado deixou de fornecer os dados referentes aos documentos fiscais de entradas de bens e mercadorias por meio magnético, conforme comprovam as xerocópias de fls. 66 a 79, sendo alegado na defesa que o sistema eletrônico de processamento utilizado pelo autuado armazena todos os dados de entrada e saídas de mercadorias, conforme Convênio nº 57/95, e que o autuante poderia fazer uma análise mais técnica do sistema com a finalidade de obter as informações desejadas.

O art. 683 do RICMS/97 estabelece a possibilidade de o contribuinte utilizar sistema eletrônico de processamento de dados, sendo que, as condições específicas quanto à manutenção e ao fornecimento do arquivo magnético estão disciplinadas no art. 686, prevendo que o contribuinte de que trata o art. 683 está obrigado a manter, pelo prazo decadencial, o arquivo magnético com registro fiscal dos documentos emitidos por qualquer meio, referente à totalidade das operações de entrada e de saída e das aquisições e prestações realizadas no exercício de apuração.

De acordo com o art. 42, inciso XIII-A, alínea “g”, a falta de fornecimento de arquivo magnético com as informações das operações realizadas, ou sua entrega em padrão diferente do previsto na legislação, e ainda, em condições que impossibilitem a sua leitura, sujeita o contribuinte ao pagamento da multa de 1% do valor das operações ou prestações realizadas.

Vale ressaltar, que o art. 708-B do RICMS/97 estabelece a obrigatoriedade de o contribuinte fornecer ao fisco os documentos e o arquivo magnético quando intimado, sendo que o mencionado arquivo deverá ser entregue com todos os registros correspondentes às operações desenvolvidas pelo contribuinte.

Tendo em vista que o contribuinte não comprovou nos autos que efetivamente forneceu os arquivos magnéticos nos prazos regulamentares e no padrão adequado, conforme solicitado através da intimação de fl. 08 do PAF, tendo o defendente apenas alegado que os arquivos foram entregues e validados no prazo regulamentar, considero procedente a exigência fiscal, haja vista que a mencionada multa aplicada está amparada na legislação, e os cálculos estão demonstrados à fl. 18 dos autos.

Em relação à segunda infração, de acordo com as razões defensivas, o contribuinte não apresentou qualquer contestação, tendo informado que não há objeção a apresentar. Assim, considero procedente o item não impugnado, tendo em vista que não existe controvérsia.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269200.0003/03-5**, lavrado contra **COFEL COMERCIAL DE FERRAGENS CRUZALMENSE LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$101,80**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso VII, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96; e dos acréscimos moratórios, além da multa de **R\$99.567,73**, sendo R\$22.786,35, atualizado monetariamente, prevista no art. 42, inciso XIII-A, alínea “g”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, e R\$76.781,38, prevista no inciso XIII-A, alínea “g”, do mesmo artigo e lei citados .

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de junho de 2003.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR